

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.671 - BA (2019/0296317-8)

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : RAIMUNDO DIAS DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : BRUNO TEIXEIRA BAHIA - BA015623  
CLÍCIA SANDRA DE OLIVEIRA RIBEIRO - BA030904  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por RAIMUNDO DIAS DOS SANTOS contra acórdão proferido pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no julgamento do HC n. 8007747-83.2019.8.05.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado como incurso no artigo 187 do Código Penal Militar.

Buscando o trancamento do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os advogados subscritores das razões recursais que a conduta imputada ao réu seria materialmente atípica.

Aduzem que a ausência do acusado ao serviço não teria prejudicado o funcionamento do serviço público, inexistindo qualquer lesão efetiva ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal incriminadora.

Requerem o provimento do reclamo para que a ação penal em tela seja trancada.

O Ministério Público Federal, às fls. 186/192, manifestou-se pelo desprovimento da insurgência.

É o relatório.

Segundo consta da denúncia, o recorrente ausentou-se do dia 10.10.2017 ao dia 19.10.2017 do serviço para o qual estava escalado, completando o prazo de ausência permitido sem a sua apresentação, sendo declarado desertor em razão da extinção do prazo de graça (e-STJ fl. 11).

Agregado por ato publicado em 2.1.2018, o acusado foi revertido ao serviço ativo da Polícia Militar para ser processado por deserção (e-STJ fl. 12).

Feitos tais esclarecimentos acerca dos fatos imputados ao recorrente, sedimentou-se na doutrina e jurisprudência o entendimento de que para se acolher o pleito de trancamento da ação penal na via do *habeas corpus* é necessário que exsurja, à primeira vista, sem exigência de dilação de provas, a ausência de justa causa para a sua deflagração e/ou continuidade.

Isso porque toda denúncia é uma proposta de demonstração da ocorrência de fatos típicos e antijurídicos atribuídos a determinado acusado, sujeita, evidentemente, à comprovação e contrariedade, a qual somente deve ser repelida quando não houver prova da existência de crime ou de indícios de sua participação no evento criminoso noticiado, ou, ainda, quando se estiver diante de flagrante causa de exclusão da ilicitude ou da tipicidade, ou se encontrar extinta a punibilidade.

# *Superior Tribunal de Justiça*

E como o remédio constitucional não é o instrumento adequado à discussão aprofundada a respeito de provas e fatos, não há como se valorar os elementos probatórios até então colacionados, como pretende agora a defesa, para perquirir se a conduta imputada ao réu teria ou não prejudicado o funcionamento do serviço público.

Com efeito, para debate dessa natureza reserva-se ao réu o processo criminal, ocasião em que as partes podem produzir aquelas provas que melhor entenderem alicerçar seus respectivos interesses, além daquela que pode ser feita pelo Juiz da causa, e não nesta oportunidade e instância, no âmbito estreito do writ.

Portanto, qualquer conclusão diversa, na via eleita, consoante vem decidindo esta colenda Turma, inevitavelmente levaria à vedada análise de provas em sede de *habeas corpus*.

Nesse vértice:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA. ELEMENTOS INDICIÁRIOS SUFICIENTES. (...) RECURSO DESPROVIDO.*

*1. O trancamento da ação penal na via estreita do habeas corpus somente é possível, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.*

*2. A Corte de origem apontou a presença de elementos indiciários de autoria, ligando o ora recorrente ao grupo criminoso investigado, de modo que não se pode acolher a tese de falta de justa causa para a continuidade da ação penal. A comprovação ou não dos fatos deve ser demonstrada durante a instrução processual, momento apropriado para o Magistrado exercer seu juízo de convicção acerca dos elementos probatórios juntados aos autos.*

*(...)*

*6. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.*

*(RHC 101.363/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019)*

Na mesma direção:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. (...) TRANCAMENTO DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO CABIMENTO. ANÁLISE SOBRE A MATERIALIDADE E A AUTORIA DO DELITO QUE NÃO PODE SER FEITA NA VIA ELEITA. (...) IRRELEVÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.*

*(...)*

*2. Sendo constatada pelas instâncias ordinárias a existência de*

# Superior Tribunal de Justiça

*indícios de materialidade e autoria delitivas, não é possível o trancamento do processo pela via excepcional do recurso em habeas corpus.*

(...)

7. Recurso desprovido.

(RHC 107.707/SE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 30/04/2019)

Assim, estando a decisão impugnada em total consonância com o entendimento jurisprudencial firmado por este Sodalício, não há que se falar em falta de justa causa para a persecução criminal, pois de uma superficial análise dos elementos probatórios contidos no presente reclamo, não se vislumbra estarem presentes quaisquer das hipóteses que autorizam a medida excepcional por esta via, já que tal conclusão dependeria, repita-se, de profundo estudo das provas, as quais deverão ser oportunamente valoradas pelo juízo competente.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “b”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator